

MEC divulga lista de instituições que terão novos cursos de medicina em 37 cidades



Conquista FNP – O Ministério da Educação (MEC) publicou no Diário Oficial da União (DOU) do dia 27 de setembro a lista das mantenedoras selecionadas e classificadas para oferecer as novas vagas para a formação de médicos. **Págs. 4 e 5**

Governo federal anuncia repasse para financiamento de UPAs

Conquista FNP – A partir do mês de outubro, o governo federal vai repassar cerca de R\$ 182 milhões para o financiamento de 99 Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) que já estão funcionando, mas sem contrapartida da União. **Pág. 5**

70ª Reunião Geral será em Campinas

A cidade de Campinas/SP sediará a 70ª Reunião Geral da FNP. Dia 28 de novembro será a Plenária Deliberativa de Prefeitos. No dia 29, a 3ª reunião da Coordenação Política do IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS), e, dia 30, a 2ª reunião da Comissão Organizadora. *Acompanhe mais informações no site www.fnp.org.br*

Supremo decide que municípios podem cobrar ISS sobre planos de saúde

No dia 29 de setembro, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu sobre a constitucionalidade da incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) nas atividades de planos de saúde. **Pág. 3**

Preparação do IV EMDS já mobilizou mais de 500 pessoas

O IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS) já mobilizou mais de 500 pessoas para debater estratégias de definição de conteúdo, mobilização e organização do evento. **Pág. 8**

EDITORIAL

E agora, prefeito?

Marcio Lacerda - Presidente da FNP

Encerrado o primeiro turno das eleições municipais, é chegado o momento de cumprimentar os prefeitos eleitos e também desejar boa sorte aos que foram para o segundo turno. Para os eleitos, essa é certamente uma conquista que já nasce com a marca do desafio.

A gestão das cidades brasileiras enfrenta grave impasse: as contas não fecham. Há demandas em crescente expansão combinadas com recursos cada vez mais limitados.

Indiscutivelmente, os recém-eleitos representam o desejo da população diante de um cenário de crise política e econômica sem precedentes na história recente do país. Todos têm a legitimidade do voto, mas também assumem com a responsabilidade de prestar mais e melhores serviços.

Trata-se da primeira geração de governantes locais, avaliados pelo eleitor, após as manifestações de 2013, que representaram uma mudança no paradigma de exigência da população diante do poder público.

A recessão prolongada e a queda de arrecadação continuarão exigindo a atenção de todos, ao mesmo tempo em que se imporá aos novos prefeitos a adoção de medidas que viabilizem o cumprimento dos compromissos firmados na campanha.

Neste contexto, é preciso equalizar os conceitos de responsabilidade fiscal, salvaguardando o equilíbrio de receitas e despesas, ao de responsabilidade social, assegurando a oferta de serviços públicos de qualidade.

Para isso, o país precisa enfrentar o debate sobre adequações na própria Lei de Responsabilidade Fiscal e o tema da judicialização, que, em muitos casos, privilegia quem tem mais condições de acessar a Justiça, em detrimento dos mais carentes.

Como é inegável que os municípios são o elo mais frágil da federação, política ou financeiramente, caberá aos governantes construir um processo que contemple coesão de esforços e união nacional.

A tarefa de aprimorar o diálogo federativo, com os governos estaduais e federal, ganha ainda mais importância neste contexto de crise. Somente com os três entes participando do debate, de forma democrática, poderá ser revisitado o modelo de partilha de responsabilidades que respeite as diferenças regionais e enfrente graves iniquidades e o subfinanciamento de diversas políticas públicas.

O cenário que se descortina para os próximos anos é de insuficiência de recursos para grandes investimentos em infraestrutura. Mais do que realizações físicas, os novos prefeitos serão instados a debater o desenvolvimento sustentável das cidades, intervenções que melhorem a qualidade de vida das pessoas e promovam a mediação dos conflitos urbanos - que envolvem temas como mobilidade, saúde, educação e habitação.

Para promover esse estratégico debate, a Frente Nacional de Prefeitos (FNP) realiza o quarto Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável, de 24 a 28 de abril de 2017, no Estádio Nacional Mané Garrincha, em Brasília.

Mesmo com suas imperfeições, a política tem sido historicamente o caminho mais adequado para a solução dos impasses sociais e para a construção de consensos.

Por tudo isso, os eleitos que (re)iniciam suas jornadas como governantes locais precisam se unir ainda mais e participar ativamente do diálogo federativo e do debate na busca de alternativas. A superação desses desafios está diretamente associada à valorização da política e ao respeito à democracia ■

*Artigo originalmente publicado dia 6 de outubro de 2016 no jornal Folha de São Paulo

Quatro Barras vai ampliar projeto referência na área farmacêutica

O projeto piloto de acompanhamento da prescrição e uso de medicamentos dados aos pacientes, implantado em Quatro Barras/PR, na Unidade de Saúde do Jardim Menino Deus, vem gerando benefícios tanto na eficácia dos tratamentos quanto na qualidade de vida dos pacientes. A iniciativa está sendo estendida para outras unidades de saúde.

“É bastante comum o paciente começar o tratamento, sofrer alguma reação, voltar ao médico e tomar outro tipo de medicamento que seria desnecessário. Ou ainda,

Boa prática indicada pelo município

o paciente se automedicar, e a composição de um medicamento afetar o outro, inibindo seu benefício. Por isso, é necessário acompanhar o que o paciente toma e como está administrando estes medicamentos, especialmente os idosos”, explicou a farmacêutica Regiane Simioni Ferrarini, uma das idealizadoras do projeto.

Denominado de Polifarmácia, o uso concomitante de diversos medicamentos pode gerar interação medicamentosa, que pode ser prejudicial à saúde do paciente.

O acompanhamento domiciliar dos pacientes no bairro deu tão

certo que a Secretaria de Saúde, através da equipe farmacêutica, está ampliando o projeto de assistência, estendendo para todas as Unidades de Saúde.

“A meta do projeto é fornecer medicamentos de forma segura, eficaz e com a otimização dos recursos, que pode reduzir custos em longo prazo, além de garantir mais eficácia nos tratamentos”, disse uma das farmacêuticas envolvidas no processo, Andiara Cristina Fillipin ■



AGENDA

*Agendas do IV EMDS em destaque

DATA	EVENTO	LOCAL	INFORMAÇÕES
4 a 6/out.	4º Seminário Nacional de Mobilidade Urbana "Lugares Possíveis - Cidades para o Amanhã"	São Paulo/SP	www.antp.org.br
4 a 6/out.	XVIII Feira Internacional de Meio Ambiente Industrial e Sustentabilidade	São Paulo/SP	www.fimai.com.br
12 a 15/out.	V Congresso Mundial de líderes locais e regionais da CGLU	Bogotá (Colômbia)	www.bogota2016.uclg.org
13/out.	Apresentação do IV EMDS no Congresso Mundial da CGLU	Bogotá (Colômbia)	www.bogota2016.uclg.org
17 a 20/out.	Conferência das Nações Unidas Habitat III	Quito (Equador)	www.habitat3.org
18 e 19/out.	Seminário Planejamento e Ordenamento Territorial	Belém/PA	www.fgv.br/ces
18 a 20/out.	VII Encontro Técnico da ANEAC - Associação Nacional dos Engenheiros e Arquitetos da Caixa Econômica Federal	São Paulo/SP	www.aneac.org.br
18 a 20/out.	3ª Feira de Tecnologia e Inovação a RM Vale TI	São José dos Campos/SP	www.pqtec.org.br
19/out.	Side event - Lançamento do IV EMDS na Conferência das Nações Unidas Habitat III	Quito (Equador)	www.habitat3.org
19/out.	Primeira Reunião de Associações de Governos intermediários dos Países Membros da UNASUL	Quito (Equador)	www.habitat3.org
26/out.	123ª Reunião Ordinária do Conama	Brasília/DF	www.mma.gov.br/port/conama
7 a 18/nov.	Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas - COP22	Marrakesh (Marrocos)	www.nacoesunidas.org
9 e 10/nov.	Congresso Mineiro de Prefeitos Eleitos	Belo Horizonte/MG	www.portalamm.org.br
15 a 17/nov.	Smart City Expo & World Congress	Barcelona (Espanha)	www.smartcityexpo.com
23 a 25/nov.	21ª Cúpula da Mercocidades	Santa Fé (Argentina)	www.santafeciudad.gov.ar/mercociudades
28 nov.	70ª Reunião Geral da FNP	Campinas/SP	www.fnp.org.br
29 nov.	3ª Reunião da Coordenação Política do IV EMDS	Campinas/SP	www.fnp.org.br
30 nov.	2ª Reunião da Comissão Organizadora do IV EMDS	Campinas/SP	www.fnp.org.br

Presidente: Marcio Lacerda (prefeito de Belo Horizonte - MG). Vice-presidente Nacional: Maguito Vilela (prefeito de Aparecida de Goiânia - GO). Vice-presidente para Reforma Federativa: Jairo Jorge (prefeito de Canoas - RS). Vice-presidente Relações Institucionais: José Fortunati (prefeito de Porto Alegre - RS). Vice-presidente Relações com Congresso Nacional: Eduardo Paes (prefeito do Rio de Janeiro - RJ). Secretário-geral: Luiz Marinho (prefeito de São Bernardo do Campo - SP). Secretário-executivo: Gilberto Perre. Jornalista responsável: Paula Aguiar (DRT-RS 12.145). Reportagem: Bruna Lima, Ingrid Freitas, Livia Palmieri, Rodrigo Eneas. Diagramação: Pedro Vieira. Ilustração: Phillipe Cedro. Tiragem: 10 mil exemplares. Endereço FNP: Setor de Rádio e TV Sul, Ed. Record, Sala 603 - CEP: 70340-910 - Brasília-DF. Fone/Fax: (61) 3044-9800/3044-9819. Email: secretaria@fnp.org.br. (www.fnp.org.br). Essa edição foi encerrada no dia 7/10/2016.

CCJC aprova propostas com alternativas para o pagamento de precatórios

Melini Neves / PMG



FNP realizou reunião técnica no dia 8 de julho

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados aprovou, no dia 13 de

setembro, a admissibilidade das Propostas de Emenda à Constituição (PECs) 212/2016 e 233/2016, que instituem regime especial

para pagamento de precatórios. A tramitação seguirá com a análise das proposições por uma comissão especial temporária, que ainda não

foi formada.

Atenta ao tema, no dia 8 de julho deste ano, a FNP promoveu, em São Paulo/SP, uma reunião de caráter técnico para debater as propostas. Na ocasião, procuradores municipais e secretários de finanças fizeram uma análise comparativa das matérias, destacando os impactos para os municípios.

Sobre as propostas

A PEC 233/2016 (origem: PEC 74/2015 na Câmara e PEC 159/2015 no Senado) estabelece um percentual da receita corrente líquida para pagamento de precatórios e um prazo para o regime especial. Ainda segundo a proposta, 75% do montante dos depósitos judiciais e administrativos refe-

rentes a processos nos quais os municípios sejam parte; e 20% dos depósitos judiciais de terceiros poderão ser usados para o pagamento de precatórios. Esses recursos, se liberados ainda este ano, poderão colaborar para o fechamento das contas de 2016, conforme os requisitos previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Na CCJC, a proposta teve como relator o deputado Jutahy Junior (BA).

Com origem no Senado sob o número 152/2015, a PEC 212/2016 prevê a instituição de um regime especial de pagamento de precatórios e o aumento do prazo para dez anos. A proposta teve como relator na CCJC o deputado Arnaldo Faria de Sá (SP) ■

FNP acompanha tema da repatriação de valores

Preocupada com a situação fiscal dos municípios, fechamento de contas e com o encerramento de mandatos de prefeitos em todo o país, a FNP solicitou informações à Receita Federal quanto às transferências aos municípios dos valores arrecadados com os processos de repatriação. Isso porque no dia 31 de outubro encerra o prazo para a adesão ao programa de Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (Rerct), criado pela Lei da Repatriação, que regulariza os recursos enviados por brasileiros ao exterior sem o conhecimento da Receita Federal.

Em documento enviado no dia 23 de setembro, a entidade solicita informações sobre os valores arrecadados até o momento e previsão de transferência aos municípios. As receitas oriundas de Imposto de Renda (IR) integram o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que por lei tem seus pagamentos previstos para os dias 10, 20 e 30 de

cada mês, sempre sobre a arrecadação do IR e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) do decêndio anterior ao repasse.



De acordo com o prefeito de Belo Horizonte/MG, Marcio Lacerda, presidente da FNP, a lei, que oferece incentivos para a declaração voluntária de bens e de recursos adquiridos até 31 de dezembro de 2014 e mantidos no exterior, é uma alternativa para a crise econômica, que tem afetado sobremaneira as já sobrecarregadas finanças municipais.

Lacerda destacou ainda a necessidade de medidas que ofereçam uma leitura do federalismo fiscal

a médio e longo prazo. “Especialmente em ano de tamanhas dificuldades, todo recurso é muito bem-vindo. No entanto, a instituição de um fundo para financiar a transição que implemente o fim da guerra fiscal terá efeitos duradouros a médio e longo prazo, além de ser eficiente para atrair mais investidores para o país”, afirmou o presidente durante reunião do Comitê de Articulação Federativa (CAF), realizada no dia 4 de março de 2016, em Brasília/DF, que tratou da Lei da Repatriação, sancionada em janeiro.

Como ocorre a repatriação

A arrecadação é realizada a partir do pagamento do contribuinte de 15% de IR e 15% de multa. Até a data limite, estipulada pela Lei da Repatriação, o contribuinte poderá realizar retificações durante todo o prazo de entrega da declaração. O procedimento é realizado por meio da Declaração de Regularização Cambial e Tributária (Dercat). ■

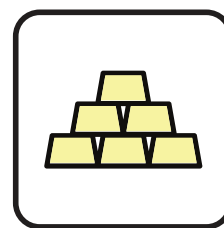
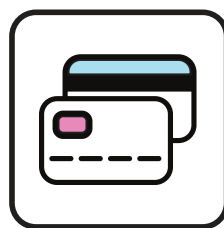
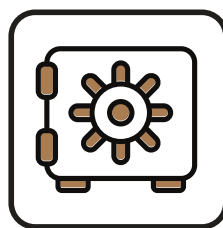
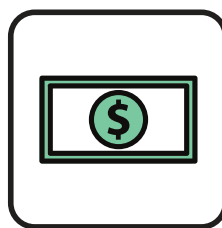
STF decide que municípios podem cobrar ISS dos planos de saúde



No dia 29 de setembro, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu sobre a constitucionalidade da incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) nas atividades de planos de saúde. Com a decisão, a aplicação deverá atingir, pelo menos, 30 processos sobre o tema que estavam suspensos em outras instâncias enquanto aguardavam a decisão do Supremo.

Por oito votos a um, prevaleceu o entendimento do relator,

ministro Luiz Fux, único a votar em sessão anterior, no sentido de que a atividade das operadoras se encaixa na hipótese prevista no artigo 156, inciso III da Constituição Federal, que atribui aos municípios a competência para instituir ISS. No voto, o ministro observou que a atividade consta da lista anexa da Lei Complementar 116/2003 (sobre o ISS e as competências dos municípios e Distrito Federal), que estabelece os serviços sobre os quais incide o tributo ■



MEC divulga lista de instituições selecionadas para abertura de novos cursos de medicina



Prazos foram combinados em reunião realizada no MEC no dia 18 de agosto

Depois de quase um ano da suspensão do processo de abertura de novos cursos de medicina, o Ministério da Educação (MEC) publicou no Diário Oficial da União (DOU) do dia 27 de setembro a lista das mantenedoras selecionadas e classificadas para oferecer 2.355 novas vagas para a formação de médicos em 37 municípios do interior do país. As instituições de ensino supe-

rior foram divulgadas por meio da Portaria Nº 545, de 26 de setembro de 2016, que traz, também, a autorização para o aumento de vagas em cursos já ofertados em 13 municípios. O edital, que teve a tramitação retomada, ficou suspenso por nove meses, por determinação do Tribunal de Contas da União (TCU).

Segundo a Portaria do MEC, as instituições de ensino têm de três

a 18 meses para colocar os cursos em funcionamento. O prazo terá início a partir da data da assinatura do termo de compromisso com o governo federal, prevista para o dia 18 de outubro. Os prazos de divulgação e assinatura com as instituições foram acordados com a FNP em reunião de prefeitos com o ministro da Educação, Mendonça Filho, no dia 18 de agosto.

Para o prefeito de Três Rios/RJ e vice-presidente de Desenvolvimento da FNP, Vinícius Farah, a abertura de novas vagas de medicina é uma conquista histórica e consolida o Programa Mais Médicos. “A chegada da universidade no município não só vai impactar diretamente na saúde pública da população como vai prospectar mais desenvolvimento e empreendedorismo, marca de Três Rios”, comemora Farah, lembrando que “o papel da FNP foi fundamental no processo. Foi a FNP quem deu início à luta pela criação do Mais

Médicos e a continuidade do Programa”.

O prefeito de Araras/SP, Nelson Brambilla, também comemorou a divulgação da lista e dos municípios que sediarão as novas universidades. “É um dia histórico, que vai empoderar o município e melhorar a saúde pública em toda a nossa região. E não podemos deixar de agradecer à FNP, que sempre esteve com os prefeitos nessa luta”. Brambilla também destacou que “é importante fiscalizar para que a formação dos novos profissionais seja baseada na qualidade dos serviços ao povo e não só ao mercado”.

Mais Médicos e a FNP

Os novos cursos de medicina integram o programa Mais Médicos, instituído em 2013. A carência generalizada de profissionais nos municípios brasileiros, foi evidenciada pela campanha “Cadê o Médico”, liderada pela FNP ■

Atuação da FNP no tema:

24 de agosto 2015 - TCU recebe representação contra resultado preliminar do Edital nº 06/2014, autorização de funcionamento de cursos de Medicina em municípios selecionados.

9 de outubro de 2015 - TCU suspende o andamento do processo de abertura de novas vagas.

Em razão dessa suspensão, o prefeito Carlos Casteglione, de Cachoeiro de Itapemirim (ES), uma das cidades selecionadas pelo MEC, procura a FNP para interceder pedindo a revisão da suspensão do processo, agendando audiência com a Ministra Ana Arraes.

1 de dezembro de 2015 - FNP realiza audiências com a ministra Ana Arraes do Tribunal de Contas da União (TCU) e com o ministro da Educação, Aloizio Mercadante.

2 de dezembro de 2015 - Na pauta da sessão do dia do TCU, o julgamento do processo é adiado.

9 de dezembro de 2015 - Novo julgamento do processo, o ministro Augusto Nardes pede vistas.

17 de dezembro de 2015 - De volta na pauta do dia do TCU, ministro Vital do Rego pede vistas.

23 de fevereiro de 2016 - Uma comitiva de prefeitos da FNP é recebida no TCU pelos ministros Walton Alencar, Vital do Rego e Ana Arraes, pelos chefes de gabinete dos ministros Augusto Nardes e Augusto Sherman e por assessores do ministro Bruno Dantas. No mesmo dia, a comitiva de prefeitos também é recebida pelo secretário-executivo do Ministério da Educação, Luiz Cláudio Costa, e com o Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, Marco Antonio de Oliveira.

2 de março de 2016 - FNP solicita ingressar como Amicus curiae no processo.

24 de março de 2016 - Processo volta para a pauta de julgamento do TCU, mas é retirado pela ministra-relatora devido ao recebimento de duas novas representações contra o edital, que foram pensadas ao processo.

29 de março de 2016 - O pedido de ingresso da FNP como Amicus curiae no processo é deferido pela ministra TCU, Ana Arraes.

24 de abril de 2016 - FNP encaminha manifestação como amicus curiae, constante das peças 114-120 do processo.

18 de maio de 2016 - Comitiva de prefeitos da FNP apresenta a pauta ao ministro da secretaria de Governo da Presidência da República, Geddel Vieira Lima.

4 de julho de 2016 - FNP encaminha nota técnica à Presidência da República, a pedido do prefeito Du Altamari (Rio Claro/SP), com justificativas para a abertura de novas vagas.

6 de julho de 2016 - Em sessão plenária, o ministro Vital do Rego pede novamente vista ao processo.

20 de julho de 2016 - TCU vota pela liberação do edital para abertura de novas vagas em cursos de medicina.

18 de agosto de 2016 - Mobilizados pela FNP, 27 prefeitos se reúnem com o ministro da Educação, Mendonça Filho, que se comprometeu a divulgar a lista de habilitações em setembro e a assinatura dos termos de compromisso com as instituições em outubro deste ano.

22 de setembro de 2016 - MEC publica retificação do edital, indicando a divulgação da lista de instituições selecionadas para o dia 27 de setembro.

27 de setembro de 2016 - Divulgação das instituições habilitadas

NOVOS CURSOS

UF	Município	Prop. Esti
BA	Alagoinhas	142.870
BA	Eunápolis	101.432
BA	Guanambi	79.394
BA	Itabuna	205.286
BA	Jacobina	79.417
BA	Juazeiro	199.761
ES	Cachoeiro de Itapemirim	191.042
MG	Contagem	608.715
MG	Passos	106.987
MG	Poços de Caldas	153.726
MG	Sete Lagoas	216.400
PE	Jaboatão dos Guararapes	649.788
PR	Campo Mourão	87.710
PR	Guarapuava	168.349
PR	Pato Branco	73.148
PR	Umuarama	101.443
RJ	Angra dos Reis	173.370
RJ	Três Rios	77.851
RO	Vilhena	77.937
RS	Erechim	96.757
RS	Ijuí	79.160
RS	Novo Hamburgo	239.151
RS	São Leopoldo	215.664
SC	Jaraguá do Sul	145.782
SP	Araçatuba	182.526
SP	Araras	119.968
SP	Bauru	346.077
SP	Cubatão	119.520
SP	Guarujá	292.744
SP	Guarulhos	1.233.436
SP	Jaú	132.494
SP	Mauá	421.184
SP	Osasco	667.826
SP	Piracicaba	367.290
SP	Rio Claro	17.517
SP	São Bernardo do Campo	770.253
SP	São José dos Campos	636.876



2.355

novas
formações

os cursos de medicina

CONQUISTA
da FNP

DE MEDICINA / PROPOSTAS SELECIONADAS

Nome	Instituição Seleccionada
	Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda
	Pitágoras - Sistema de Educação Superior Sociedade Ltda
	Sociedade Padrão de Educação Superior Ltda
	Instituto Educacional Santo Agostinho Ltda
	Agos Empreendimentos Educacionais Ltda
	IREP Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda
	Empresa Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão S.A. - EMBRAE
	Sociedade Mineira de Cultura
	Centro Educacional Hyarte - ML - Ltda
	Sociedade Mineira de Cultura
	Centro Educacional Hyarte - ML - Ltda
	Sociedade de Educação Tiradentes S/S Ltda
	CEI - Centro Educacional Integrado
	Campo Real Educacional S.A
	Associação Patobranquense de Ensino Superior S.C. Ltda
	Associação Paranaense de Ensino e Cultura
	Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda
	Sociedade Universitária Para o Ensino Médico Assistencial Ltda
	Associação Educacional de Rondonia
	Fundação Regional Integrada
	UNISEB - União dos Cursos Superiores SEB Ltda
	Associação Pro Ensino Superior em Novo Hamburgo
	Associação Antonio Vieira
	Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda
	Missão Salesiana de Mato Grosso
	Sociedade Regional de Ensino e Saúde S/S Ltda
	Associação Educacional Nove de Julho
	AMC - Serviços Educacionais Ltda
	Associação Prudentina de Educação e Cultura APEC
	Associação Educacional Nove de Julho
	Associação Prudentina de Educação e Cultura APEC
	Associação Educacional Nove de Julho
	Associação Educacional Nove de Julho
	ISCP Sociedade Educacional S.A.
	ISCP Sociedade Educacional S.A.
	Associação Educacional Nove de Julho
	ISCP Sociedade Educacional S.A.

355

vagas para a
ação de médicos

37

municípios do
interior do país

Programa Mais Médicos têm contratos renovados por mais três anos

A atuação dos médicos cooperados no país foi prorrogada por mais três anos. O anúncio da renovação do Programa Mais Médicos foi realizado no dia 20 de setembro, em Brasília/DF, pelo ministro da Saúde, Ricardo Barros, e o representante da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) no Brasil, Joaquim Molina. Além da renovação dos contratos, também foi reajustado em 9% o valor da bolsa-formação aos profissionais do Programa, de R\$ 10.570 por médico, para R\$ 11.520, a partir de janeiro de 2017.

Ao todo, o Programa tem hoje 18.240 médicos em 4.058 municípios e 34 distritos indígenas, o que representa 72,8% dos municípios do país. A meta é, progressivamente, ampliar a participação de brasileiros com a oferta, por meio de editais, de vagas atualmente preenchidas

por cooperados e intercambistas.

“Há, de fato, uma grande aprovação do Programa em todo o país e agora estamos trabalhando na formação de novos médicos para que eles possam, aos poucos, ocupar as vagas. A prioridade desta gestão são os médicos brasileiros. Nossa meta nos próximos três anos é oferecer a médicos brasileiros cerca de 4 mil vagas ocupadas por médicos da cooperação”, destacou o ministro Ricardo Barros.

Outro reajuste foi realizado no auxílio moradia e alimentação pagos a todos os profissionais do Mais Médicos alocados em áreas indígenas. O reajuste de 10% - de R\$ 2.500 para R\$ 2.750 - está em vigor desde agosto. Além disso, ficou acordado que o reajuste da bolsa será realizado anualmente com base na inflação.

Para o representante da OPAS,

Joaquim Molina, o Programa Mais Médicos vai ao encontro do objetivo das Nações Unidas de fortalecimento da Atenção Básica em todo o mundo. “Uma importante publicação brasileira de saúde pública deve divulgar em breve mais de 30 artigos frutos de pesquisas feitas a partir de iniciativas do Mais Médicos apontando os avanços”, disse.

Mais Médicos e a FNP

A necessidade de mais profissionais de saúde foi evidenciada pela campanha “Cadê o Médico?”, promovida pela FNP, em 2013. A iniciativa demonstrou a carência generalizada de profissionais nos municípios brasileiros, em especial no interior e nas periferias das grandes cidades, e, com uma coleta de assinaturas, resultou na criação do Programa Mais Médicos para o Brasil ■

Governo federal anuncia repasse para custeio de UPAs

O repasse federal de R\$ 182 milhões será destinado a partir deste mês de outubro ao financiamento de 99 Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) que já estão funcionando, mas sem contrapartida da União. A ação, anunciada na solenidade “Ações de gestão eficiente para melhoria da saúde pública”, dia 14 de setembro, no Palácio do Planalto, atende à reivindicação da FNP e deve atenuar os efeitos da crise econômica na área da saúde nos municípios.

“No caso de Belo Horizonte, em que temos duas unidades, significa a economia de aproximadamente R\$ 1 milhão por mês”, destacou o prefeito de Belo Horizonte/MG e presidente da FNP, Marcio Lacerda, que estava na cerimônia e assinou, simbolicamente, junto com o ministro da Saúde, Ricardo Barros, a portaria formalizando o financiamento para as UPAs de Belo Horizonte, representando as Unidades de todos os municípios.

O prefeito de Aparecida de Goiânia/GO, Maguito Vilela, vice-presidente da FNP, e de Sorocaba/SP, Antonio Pannunzio, vice-presidente de Mobilidade Urbana, reafirmaram que o financiamento das UPAs pela

União vai aliviar a crise nas administrações municipais. “A FNP vem trabalhando há muitos anos para que as UPAs tenham um repasse rotineiro do governo federal”, acrescentou Maguito. De acordo com Pannunzio, o repasse era uma dívida da União com os municípios. “Estamos colocando 32% da Receita Corrente Líquida na saúde, e quando o governo federal entende essa situação, começa a produzir mais resultados e a pagar aos municípios aquilo que é devido”, declarou.

Segundo o presidente da República, uma gestão equilibrada das contas faz parte do dever do Estado para conseguir prestar um serviço público de qualidade. “A Constituição Federal estabelece saúde como direito de todos e dever do Estado e diz que a saúde deve ser garantida também por meio de políticas econômicas apropriadas. Sem uma política fiscal responsável, a saúde não tem viabilidade financeira”, afirmou Temer.



Recursos atenuam dificuldades financeiras dos municípios

Santas Casas e hospitais filantrópicos

Além do repasse para o financiamento das UPAs, o ministro da Saúde também anunciou que serão liberados R\$ 371 milhões para a ampliação de serviços em Santas Casas e hospitais filantrópicos. De acordo com números apresentados pelo presidente da Confederação das Santas Casas e Hospitais e Entidades Filantrópicas, Edson Rogatti, existem, no Brasil, 2.100 hospitais filantrópicos, que são responsáveis por mais de 50% dos atendimentos do Sistema Único de Saúde (SUS). Além de 1401 novos serviços, os recursos serão usados também, segundo o ministério da Saúde, para a compra de medicamentos ■

Ipea promove debate sobre desenvolvimento urbano e Estatuto da Cidade



Discussões técnicas tiveram a parceria da FNP

Instrumentos municipais em política de desenvolvimento urbano, previstos no Estatuto da Cidade, que subsidiam a construção de uma agenda urbana, nortearam os debates do Seminário Internacional sobre Política Urbana, promovido pelo Instituto de Política Econômica Aplicada (Ipea), nos dias 27 e 28 de setembro, em Brasília/DF. Entre os temas de destaque estiveram alternativas para arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e as reformas urbanas

necessárias para que todos tenham direito à cidade, assuntos abordados por representantes da FNP.

Na mesa de debate “Instrumentos da Política Urbana Brasileira”, mediada pela coordenadora de Estudos e Desenvolvimento Urbano do Ipea, Bárbara Marguti, o secretário de Planejamento de Belo Horizonte/MG, Leonardo Castro, fez um apanhado sobre os tópicos apresentados pelos palestrantes, com foco no IPTU.

“Somente aumentar um esforço de arrecadação em cima do IPTU é uma solução um pouco míope quando se pensa na estrutura tributária brasileira, que muitas vezes é injusta e opera de modo desfavorável em relação àquelas pessoas que têm menos riqueza, me-

nos conteúdo econômico para ser tributado”, disse.

Questões que envolvem o IPTU continuaram em pauta na mesa de debate “Financiamento do Desenvolvimento Urbano”, mediada pelo coordenador de Estudos em Desenvolvimento Federativo do Ipea, Constantino Cronemberger. Na oportunidade, o secretário-executivo da FNP, Gilberto Perre, falou sobre a arrecadação do imposto que “tem participação acanhada na arrecadação muni-

cipal”.

Conforme dados apresentados pelo secretário-executivo da FNP, em 2015 foram arrecadados de IPTU R\$ 27,42 bilhões (aumento de 1,5% em relação ao ano anterior), com disparidades regionais. “O Sudeste, por exemplo, é responsável por 70% da arrecadação nacional do tributo”, informou.

Para estimular a arrecadação, ele sugere que esteja previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) a obrigação de rever, a cada quatro anos, as plantas genéricas de valor, aliada a construção de um indicador de eficiência, que poderia balizar políticas públicas.

Perre também participou, no período da manhã, da cerimônia de abertura do Seminário, representando o prefeito de Belo Horizonte, Marcio Lacerda, presidente da FNP.

Nova Agenda Urbana

No dia 28, a Nova Agenda Urbana, discutida no âmbito da Conferência da ONU Habitat III, guiou as discussões da mesa

“A Nova Agenda Urbana e a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano”. Representando a FNP neste debate, o secretário municipal de Desenvolvimento Urbano de São Paulo/SP, Fernando de Mello Franco, falou sobre o Direito à Cidade e a adequação da Nova Agenda Urbana para o contexto brasileiro.

Segundo Franco, basicamente a reforma urbana trouxe como uma de suas principais bandeiras a questão do direito a moradia digna, mas atualmente há novas camadas de direitos.

“O que trouxe o movimento passe livre, em 2013?”, questionou Mello. Para o secretário, não foi um protesto pela moradia, pelo automóvel, mas sim por poder circular pela cidade livremente. “Isso é o que garante o direito aos bens e serviços, as oportunidades e de escolha entre as oportunidades que a cidade oferece. O custo de deslocamento é um impedimento, redutor dessas oportunidades”, disse ■

Câmara amplia limite de receita para empresas participarem do Supersimples

A Câmara dos Deputados aprovou no dia 4 de outubro, por 380 votos favoráveis e nenhum contrário, o substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei Complementar 25/07, que aumenta o limite máximo de receita bruta para pequenas empresas participarem do regime especial de tributação do Simples Nacional, passando de R\$ 3,6 milhões para R\$ 4,8 milhões de receita bruta anual. A matéria segue agora para a sanção presidencial.

Além desse limite, o substitutivo altera o enquadramento de vários setores nas três tabelas de serviços. Essas duas mudanças entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018.

A FNP, juntamente com a Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf), teve atendido um de seus pleitos com a supressão dos dispositivos que possibilitavam ao contribuinte optar pelos benefícios do Simples Nacional, mas mantendo os benefícios do regime normal de tributação. Com

essa supressão evitou-se a guerra fiscal entre os municípios dentro do Simples e o aumento da complexidade do Sistema Tributário Nacional.

Dois dispositivos rejeitados deixaram as micro e pequenas empresas de serviços advocatícios e de corretagem de seguros de fora da mudança de tabela para alíquotas maiores se a relação folha/receita bruta for inferior a 28%. O outro ponto recusado foi a prestação mínima de R\$ 150 que seria exigida do microempreendedor individual (MEI) no novo parcelamento de dívidas aberto.

Organizações

Conforme o texto aprovado, poderão pedir inclusão no Simples Nacional, conhecido também como Supersimples, as organizações da sociedade civil (Oscips); as sociedades cooperativas e as integradas por pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade pessoal ou social; e as organizações religiosas que se dediquem a atividades de cunho social

distintas das religiosas.

No cálculo da receita bruta, não serão computadas as receitas com anuidades, mensalidades ou contribuições recebidas de associados e mantenedores; doações de pessoas ou empresas; ou transferência de recursos públicos em razão de parcerias, contratos de gestão ou outros instrumentos. Elas pagarão por fora a contribuição patronal da Previdência Social.

Não poderão participar do Supersimples os sindicatos, as associações de classe ou de representação profissional e os partidos.

Para o recolhimento do ICMS e do ISS no Simples Nacional, o limite continua a ser de R\$ 3,6 milhões de receita bruta. Acima disso, a empresa terá de pagar esses tributos segundo as regras normais.

No caso de ser o ano de início de atividade da empresa ou de o estado adotar um sublimite, haverá uma tolerância de 20% de superação da receita ■

Governo anuncia abertura de R\$ 30 bilhões de crédito para MPEs



Presidente Temer participou da cerimônia

Para estimular o empreendedorismo, o governo federal anunciou que irá disponibilizar mais de R\$ 30 bilhões para as micro e pequenas empresas (MPEs). A divulgação foi feita pelo presidente da República Michel Temer, durante a cerimônia do Dia Nacional da Micro e Pequena Empresa, realizada no dia 5 de outubro, no Palácio do Planalto.

“Nossos verdadeiros campeões nacionais são os milhões de micro e pequenos empresários, que transformam sua capacidade empreendedora em riqueza nacional, não é sem razão que são 52% do PIB nacional”, disse o presidente.

Além da abertura de linhas de financiamento de bancos públicos e privados para compra de máquinas e equipamentos, também foram firmadas parcerias entre o Ministério da Educação, a Secretaria Especial de Governo e instituições de ensino, por meio do projeto “Instituição Amiga do Empreendedor”. O programa tem o objetivo de ampliar as experiências bem-sucedidas em universidades e institutos federais de educação superior de orientação, capacitação e assistência aos microempreendedores.

Com informações do Palácio do Planalto ■

FNP apresenta IV EMDS na Conferência Habitat III, em Quito

Aproveitando a temática comum com o Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS), a FNP vai apresentar a quarta edição do evento durante a Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III), no dia 19 de outubro, em Quito (Equador). Prefeitos irão apresentar no *side event* o que foi construído nas três últimas edições do EMDS, além de promover um debate sobre as perspectivas de aplicação da Nova Agenda Urbana pela geração de prefeitos eleitos e reeleitos em 2016.

Intitulado como “Lançamento do IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável e reflexões internacionais

sobre o planejamento das cidades no contexto das mudanças climáticas”, o *side event*, será uma oportunidade para que os participantes possam contribuir com a construção do IV EMDS.

Realizado pela FNP, em parceria com a Associação Nacional dos Municípios Moçambicanos (ANAMM), o evento conta com a parceria do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae); ONU-Habitat Brasil; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil (PNUD Brasil); Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU); ICLEI - Governos Locais pela Sustentabilidade; WRI Brasil Cidades Sustentáveis; Mercocidades; Fórum Nacional de Secretários

e Gestores Municipais de Relações Internacionais (FONARI); Agenda Pública; Instituto Pólis e Plataforma Global.



Habitat III

Promovido pela ONU-Habitat, o evento internacional ocorrerá de 17 a 20 de outubro para o debate de alternativas para os desafios da urbanização e as oportu-

nidades que isso oferece para a implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Na Conferência será unificado um documento final com encaminhamentos para o planejamento da Nova Agenda Urbana, que será aplicada nos próximos 20 anos.

Entre os prefeitos da diretoria da FNP com presença confirmada na agenda estão: de Belo Horizonte/MG, Marcio Lacerda, presidente da FNP; de Divinópolis/MG, Vladimir Azevedo, vice-presidente de Gestão Pública; de Canoas/RS, Jairo Jorge, vice-presidente de Reforma Federativa; de São Paulo/SP, Fernando Haddad; e de Palmas/TO, Carlos Amastha.



V Congresso Mundial da CGLU

O IV EMDS será apresentado também em Bogotá (Colômbia), durante o Congresso Mundial de Líderes Locais e Regionais da CGLU. O evento, com o tema “Vozes Locais para um Futuro mais Humano”, será realizado de 12 a 15 de outubro. O congresso se concentrará na questão da “cidade humana” e as prioridades para Nova Agenda Urbana, documento final que será acordado no evento Habitat III ■

Voluntários encerram etapa da Campanha “Respeitar Proteger Garantir”

As Paralimpíadas Rio 2016 e o Acampamento Farroupilha, realizados em setembro, marcaram o fim das ações da campanha “Respeitar Proteger Garantir - Todos Juntos pelos Direitos das Crianças e Adolescentes”. Mais de 45 voluntários foram mobilizados e atuaram nos dois megaeventos na abordagem de turistas, entregando folders explicativos e esclarecendo dúvidas quanto à prevenção das cinco violações de direitos de crianças e adolescentes consideradas as mais recorrentes em grandes eventos: a exploração sexual infantojuvenil, o trabalho infantil, o uso de álcool e outras drogas, crianças e adolescentes em situação de rua e crianças e adolescentes perdidos ou desaparecidos.

O trabalho dos voluntários seguiu a metodologia aplicada durante os Jogos Olímpicos Rio 2016, em agosto, na Copa do Mundo, em 2014, e também contou com atividades de conscientização sobre o Disque 100 e o aplicativo do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) Proteja Brasil, os principais canais de denúncia do Sistema de Garantia de Direitos (SGD). Para promover o engajamento, a campanha também foi articulada nas redes sociais (Facebook, Twitter e Instagram), com convite para que o público postasse usando as hashtags #EuRespeito #EuProtejo #EuGaranto.

Campanha conjunta

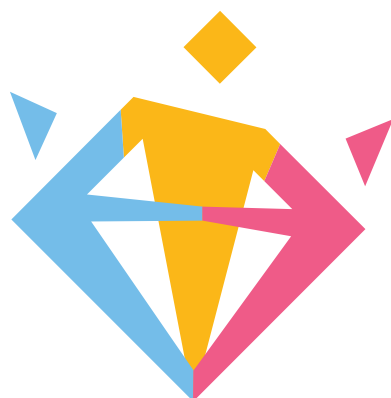
A campanha “Respeitar Proteger Garantir” tem como foco a

proteção integral das crianças e adolescentes. A expectativa é que as ações de mobilização e engajamento sejam replicadas e disseminadas em mais eventos de grande porte.

Com cofinanciamento da União Europeia, a campanha é uma realização da FNP e parceria do Viva Rio, da italiana ISCOS Piemonte, da Rede Internacional End Child Prostitution, Pornography and Trafficking (ECPAT) (França), das prefeituras de Porto Alegre (RS) e do Rio de Janeiro (RJ) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) ■



Projeto mobilizou voluntários brasileiros e estrangeiros



**RESPEITAR
PROTEGER
GARANTIR**

Todos juntos pelos direitos das crianças e adolescentes

Mais de 500 pessoas já participaram das primeiras reuniões de preparação do IV EMDS

Breno Patano / PBH



Belo Horizonte/MG

O IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS) já mobilizou mais de 500 pessoas para debater estratégias de definição de conteúdo, mobilização e organização do evento. Para o Encontro, que será realizado em abril de 2017, a FNP promoveu debates da Coordenação Política, Comissão Organizadora e Conselho Consultivo nas principais capitais do país: Belo Horizonte/MG, Brasília/DF, Rio de Janeiro/RJ e São Paulo/SP.

Segundo o prefeito da capital mineira, Marcio Lacerda, presidente da FNP, as centenas de pessoas que participam dessas reuniões auxiliam na elaboração

Marcela Chembine / FNP



São Paulo/SP

do evento. “O EMDS é um evento de construção coletiva e será fundamental para promover o diálogo com a próxima geração de prefeitas e prefeitos”, afirmou.

Levando em consideração a crise fiscal que os municípios enfrentam, o tema “Reinventar o financiamento e a governança das cidades” norteará o IV EMDS, que ocorrerá, no período de 24 a 28 de abril de 2017, no estádio Nacional Mané Garrincha, em Brasília/DF.

Coordenação Política

Entre os tópicos tratados no dia 30 de junho deste ano, estiveram o calendário de agendas prepara-

tórias e de organização do evento, bem como o orçamento, as formas



Brasília/DF

de captação e as metodologias que serão aplicadas em cada atividade.

Além de Lacerda, participaram os prefeitos de Aparecida de Goiânia/GO, Maguito Vilela, vice-presidente; e de Divinópolis/MG, Vladimir Azevedo, vice-presidente de Gestão Pública, que fazem parte da coordenação política ao lado dos prefeitos de Canoas/RS, Jairo Jorge, vice-presidente de Reforma Federativa; Três Rios/RJ, Vinicius Farah, vice-presidente de Desenvolvimento Econômico local e Guarujá/SP, Maria Antonieta, vice-presidente de Finanças Públicas.

Comissão Organizadora

No dia 1º de julho, ainda em Belo Horizonte, Azevedo, Lacerda

e o prefeito de Maringá/PR, Carlos Pupin, vice-presidente de Aviação Regional, conduziram a primeira reunião da comissão organizadora do IV EMDS.

Ainda na reunião, a FNP e a WRI firmaram parceria de cooperação visando elaboração e suporte para projetos relacionados à sustentabilidade das cidades. Durante o ato, Lacerda falou da importância da parceria e reafirmou o propósito do IV EMDS. “Nós queremos que o IV EMDS seja muito importante para os prefeitos que iniciam

seus mandatos no ano que vem. O evento tem esse desafio e poderá auxiliar muito na construção de cidades cada vez melhores. Que o encontro seja um marco para os prefeitos e para as cidades”, enfatizou.

A WRI, assim como a União Europeia, Sebrae Nacional e Governo do Distrito Federal compõem o Conselho Curador do IV EMDS.

Conselho Consultivo

Realizado no período de 26 de



Rio de Janeiro/RJ

agosto e a 23 de setembro, o primeiro ciclo de reuniões do Conselho

Consultivo do IV EMDS reuniu mais de 280 representantes de 209 instituições nacionais e internacionais. Reuniões organizadas em Belo Horizonte/MG (26/08), São Paulo/SP (02/09), Brasília/DF (16/09), Rio de Janeiro/RJ (23/09) possibilitaram que os participantes se organizassem da maneira mais conveniente para comparecer a reunião e colaborar na construção do conteúdo, organização e mobilização do IV EMDS.

Para o diretor do WRI Brasil

Cidades Sustentável, Luis Antonio Lindau, o tema do financiamento das cidades sugere uma agenda positiva para os municípios brasileiros. “O grande desafio das cidades é encontrar novos mecanismos de financiamento para essa agenda sustentável urbana”, falou durante a reunião do Conselho Consultivo promovida em Brasília. Ainda conforme Lindau, os gestores municipais precisam pensar no financiamento dentro da estrutura das cidades brasileiras.

Seminário

Como proposta de diálogo com a nova geração de prefeitos, o IV EMDS foi apresentado para gestores públicos da área de meio ambiente e representantes de empresas e entidades, durante o Seminário de Resíduos Sólidos, promovido pela Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), no dia 29 de agosto, em São Paulo/SP. No evento foi debatida a agenda de questões relativas à gestão, regulação e fiscalização dos serviços



Estádio Nacional Mané Garrincha será o local do IV EMDS